

NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE PARA PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS NOS ESCRITÓRIOS DE CONTABILIDADE

INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS FOR SMALL AND MEDIUM- SIZED ENTERPRISES IN ACCOUNTING OFFICES

Patricia de Oliveira Taylor

Especialista em Gestão Tributária FECAP-SP

E-mail: patricia.taylor@bol.com.br

Marcus Vinicius Moreira Zittei

Doutor em Ciências Contábeis e Administração FURB-SC;

Mestre em Ciências Contábeis FECAP-SP;

Professor Orientador FECAP-SP

E-mail: marcuszittei@zittei.com.br

RESUMO

Este estudo teve o objetivo de analisar a aplicabilidade das Normas Internacionais de Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (PMEs), verificando sua utilização pelos profissionais de contabilidade. Para isso utilizou-se de pesquisa descritiva, adotando o procedimento *Survey*. A amostra da pesquisa é composta por 28 escritórios de contabilidade na cidade de São Paulo-SP, sendo aplicado um questionário de 10 perguntas de múltipla escolha. Os resultados da pesquisa mostram que os profissionais de contabilidade não estão capacitados suficientemente para a adoção das novas normas, e que são utilizados poucos conceitos da contabilidade internacional para PME, apesar dos profissionais terem ciência da importância da aplicabilidade. Isso dificulta o processo de convergência contábil. O estudo ainda revela que os serviços prestados, pelos escritórios de contabilidade, são vistos pelos clientes como cumprimento de exigências fiscais, sendo solicitados poucos relatórios contábeis, concentrando-se no Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado e Balancete de Verificação.

Palavras-chave: Normas Internacionais. Aplicabilidade. Pequenas e Médias Empresas.

ABSTRACT

This study aimed to analyze the applicability International Standards for Small and Medium Enterprises ‘‘IFRS for SME’’, verifying their use by accounting professionals. For this we used itself applied, descriptive, adopting the *Survey* procedure. The research sample consists of 28 accounting firms in São Paulo - SP, with a questionnaire of 10 multiple choice questions. The survey results show that accounting professionals aren’t trained enough for the adoption of new standards and are used few concepts of international accounting for SMEs, despite having professionals aware of the importance of the application. This complicates the accounting convergence process. The study also shows that the services provided by accounting firms, are viewed by clients as compliance with tax requirements, few financial reports being asked, focusing on the Balance Sheet, Income Statement and Balance Check.

Key-words: International Standards. Applicability, Small and medium business

1 INTRODUÇÃO

A globalização dos mercados, o surgimento de blocos econômicos, e o crescimento dos investimentos estrangeiros, impulsionaram a adoção de padrões contábeis internacionais, proporcionando o processo de comparabilidade das informações financeiras.

Segundo Padoveze, Benedicto e Leite (2012) a contabilidade, através das demonstrações contábeis, torna-se a principal ferramenta de divulgação de desempenho empresarial, possibilitando de forma eficiente a comunicação da empresa com os usuários da informação.

Para Oliveira et al (2008, p. 2) “A contabilidade é a linguagem universal dos negócios. Portanto, é urgente que passem a existir critérios contábeis aceitos em toda parte do mundo”.

Neste contexto fez-se necessário a adoção de normas contábeis específicas *International Financial Reporting Standards* (IFRS) para pequenas e médias empresas (SMEs), sendo publicado em 2009 pelo *International Accounting Standard Board* (IASB).

No Brasil a aprovação do IFRS para Pequenas e Médias Empresas (PME) ocorreu através da publicação do Pronunciamento Técnico PME- Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Giroto (2010, p. 7) avalia a importância da do IFRS para PMEs:

No universo brasileiro de aproximadamente seis milhões de empresas – entre micros, pequenas e médias -, as demonstrações contábeis preparadas de acordo com o IFRS para PMEs objetiva evidenciar de forma transparente informações sobre a posição financeira, o desempenho e os fluxos de caixa dessas entidades. Esses dados são úteis, especialmente, a um amplo número de usuários que não estão em posição de solicitar relatórios adaptados para atender às necessidades particulares de informação.

Diante desse cenário o trabalho exposto busca evidenciar as dificuldades encontradas pelos escritórios de contabilidade na adoção do CPC-PME, analisando o grau de utilização das normas internacionais de contabilidade aplicadas às pequenas e médias empresas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 DEFINIÇÕES E CLASSIFICAÇÕES DAS PME NO BRASIL

Conforme artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006:

Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

I - no caso da microempresa, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais); e

II - no caso da empresa de pequeno porte, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais).

De acordo com o Pronunciamento Técnico PME Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, emitido pelo CPC em 2009, Seção I,

1.2 Pequenas e médias empresas são empresas que:

(a) não têm obrigação pública de prestação de contas; e

(b) elaboram demonstrações contábeis para fins gerais para usuários externos.

Exemplos de usuários externos incluem proprietários que não estão envolvidos na administração do negócio, credores existentes e potenciais, e agências de avaliação de crédito.

Portanto, no Brasil as sociedades por ações fechadas (sem negociação de suas ações ou outros instrumentos patrimoniais ou de dívida no mercado e que não possuam ativos em condição fiduciária perante um amplo grupo de terceiros), mesmo que obrigadas à publicação de suas demonstrações contábeis, são tidas, para fins deste Pronunciamento, como pequenas e médias empresas, desde que não enquadradas pela Lei nº. 11.638/07 como sociedades de grande porte. As sociedades limitadas e demais sociedades comerciais, desde que não enquadradas pela Lei nº. 11.638/07 como sociedades de grande porte, também são tidas, para fins deste Pronunciamento, como pequenas e médias empresas.

Segundo SEBRAE (2013) o porte do estabelecimento é definido em função do número de pessoas ocupadas e dependente do setor de atividade econômica, conforme quadro 1:

Quadro 1 – Classificação dos estabelecimentos segundo porte

Porte	Setores	
	Indústria ¹	Comércio e Serviços ²
Microempresa	até 19 pessoas ocupadas	até 09 pessoas ocupadas
Pequena empresa	de 20 a 99 pessoas ocupadas	de 10 a 49 pessoas ocupadas
Média empresa	de 100 a 499 pessoas ocupadas	de 50 a 99 pessoas ocupadas
Grande empresa	500 pessoas ocupadas ou mais	100 pessoas ocupadas ou mais

Fonte: SEBRAE (2013)

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) As mesmas delimitações de porte foram utilizadas para o setor da construção

(2) O setor serviços não inclui administração pública e serviço doméstico

Segundo BNDES (2011) as empresas são classificadas em função de seu porte, conforme sua Receita Operacional Bruta anual, observando quadro 2 a seguir:

Quadro 2 – Classificação dos estabelecimentos segundo receita

Classificação	Receita Operacional Bruta Anual
Microempresa	Menor ou igual a R\$ 2,4 milhões
Pequena empresa	Maior que 2,4 milhões e menor ou igual a R\$ 16 milhões
Média empresa	Maior que 16 milhões e menor ou igual a R\$ 90 milhões
Média-grande empresa	Maior que 90 milhões e menor ou igual a R\$ 300 milhões
Grande empresa	Maior que 300 milhões

Fonte: BNDES

2.2 ADOÇÃO IFRS

A motivação para a existência de Normas Internacionais de Contabilidade surgiu em razão da necessidade de compreensão e comparabilidade das informações contábeis divulgadas pelas empresas, visando facilitar o universo das negociações.

De acordo com Carvalho et al (2007, p.4 apud Martins, Cunha e Garcia, 2013, p.23):

Dá-se a necessidade de harmonização entre as normas contábeis internacionais, devido ao fato de que todos os anos as organizações multinacionais despenderem recursos para publicar seus relatórios contábeis, adequando-os às normas distintas de cada país, de suas respectivas sede e filiais, ou para os mercados de capitais em que negociam.

Um bom exemplo são as empresas que têm suas ações negociadas em bolsas de valores. Outro fator também influenciador é que os investidores dessas empresas ficam confusos pelas informações divergentes entre si, devido à norma contábil usada em cada demonstração de resultados das organizações e julgam essas informações incertas.

Niyama (2005, p. 38) define que: “ Harmonização é o processo que busca preservar as particularidades inerentes a cada país, mas que permita reconciliar os sistemas contábeis com os outros países de modo a melhorar a troca de informações a serem interpretadas e compreendidas” (...).

Segundo Giroto (2010, p. 17), (...) “Com o fenômeno da globalização dos mercados de produtos, serviços e capitais, o estabelecimento de padrões internacionais facilita a avaliação e a comparação, em especial, por investidores” (...).

Neste contexto foi constituído em 1973 o *International Accounting Standards Committee* (IASC), órgão internacional normalizador das normas contábeis internacionais. (MAZKENZIE et al., 2013, p. 4)

Iudícibus, Marion e Faria (2009 apud Martins, Cunha e Garcia, 2013, p.22), esclarece:

O processo de convergência internacional das normas de Contabilidade foi iniciado na década de 1970, com a criação do *International Accounting Standards Committee* (IASC), que tinha o objetivo de elaborar de forma independente um novo padrão de normas internacionais que pudessem ser universalmente aceitos, padrão esse chamado de *International Accounting Standards* (IAS).

Em 2002 o *International Accounting Standards Board* (IASB) iniciou a adesão das Normas Internacionais de Contabilidade – *International Financial Reporting Standards* – IFRS (PWC 2010).

Em 2005, no Brasil, foi criado o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), através da Resolução CFC nº 1.055/05, com o objetivo de convergir às normas contábeis internacionais para as normas contábeis brasileiras.

O CPC é composto das seguintes entidades:

- Associação Brasileira das Companhias Abertas (ABRASCA);
- Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (APIMEC NACIONAL);
- Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA);
- Conselho Federal de Contabilidade (CFC);
- Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI); e
- Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON).

E tem como objetivo:

O estudo, o preparo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de Contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais (CPC, 2009).

Com a promulgação da Lei 11.638/07 em 28/12/2007, que altera vários dispositivos contábeis da Lei nº 6.404./76 (Lei das Sociedades por Ações), introduziu-se o conceito de “empresa de

grande porte”, considerando como sendo a sociedade ou conjunto de sociedades sob controle comum, que tiverem, no exercício anterior, ativo total superior a R\$ 240 milhões ou receita bruta anual superior a 300 milhões. (PADOVEZE, BENEDICTO e LEITE, 2012).

Segundo Padoveze, Benedicto e Leite (2012), a lei 11.638/07 determinou que as normas expedidas pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários), deverão ser adotadas considerando os padrões internacionais de contabilidade (IFRS). A figura 1 demonstra a evolução da convergência contábil:

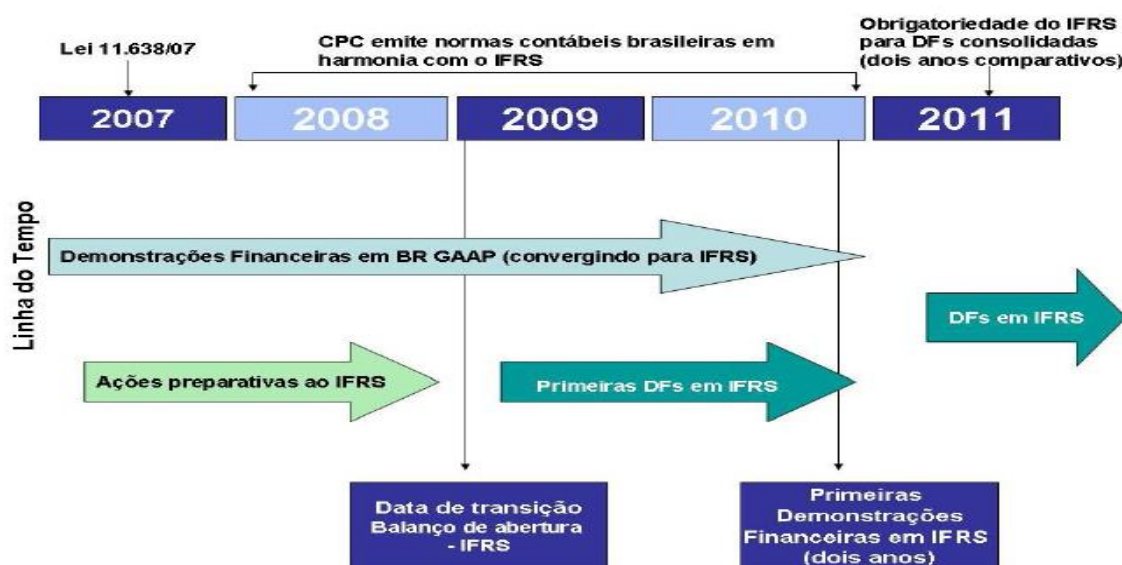


Figura 1: Convergência Contábil no Brasil

Fonte: Prado (2013)

No quadro 3 pode-se evidenciar os impactos da referida lei quanto às exigências da adoção do IFRS, atendimento às regras da CVM, publicações de demonstrações financeiras e obrigatoriedade de auditoria.

Quadro 3 – Impacto da Lei 11.638/07

	Adoção do IFRS ¹	Adoção das Normas da CVM	Publicação de DF's	Auditoria
SA's abertas	Sim ²	Sim	Sim	Sim
SA's fechadas-Grande Porte	Não	Opcional	Sim	Sim
SA's fechadas- Outras	Não	Opcional	Sim ³	Não
Ltda's - Grande Porte	Não	Não	Não	Sim
Ltda's - Outras	Não	Não	Não	Não

Fonte: KPMG (2008)

- (1) A Lei determina que a CVM a partir de agora deve observar as normas internacionais de contabilidade quando da emissão de instruções ou quaisquer orientações.
- (2) Demonstrações financeiras consolidadas a partir de 2010
- (3) Exceto para as companhias com menos de 20 acionistas e PL inferior a R\$ 1 milhão

Em 09 de julho de 2009, o IASB publicou as Normas Internacionais de Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (IFRS para PMEs), tendo como alvo empresas sem obrigação pública de prestação de contas. (MACKENZIE et al, 2013 p. 19/20).

O IFRS para PME simplifica e reduz a IFRS completas, conforme MACKENZIE et al. 2013 p. 21,

Comparadas às IFRS completas, o tamanho total das normas em termos do número de palavras foi reduzido em mais de 90%. Essa redução foi atingida por meio da eliminação de tópicos considerados irrelevantes às PMEs, da exclusão de algumas opções de tratamento contábil e da simplificação de métodos para reconhecimento e mensuração.

Botinha e Lemes (2013, p. 123) esclarecem:

As IFRS para PME são elaboradas de acordo com as necessidades de empresas menores, visando à fácil compreensão por diversos usuários, independente de seu país de origem, sendo menos complexas que as Normas Internacionais na íntegra, e, em muitos casos, menos complexas que as práticas locais.

Após a elaboração do IFRS para PME, o CPC aprovou o Pronunciamento PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, em dezembro de 2009, sendo homologado pela Resolução do CFC nº 1.255/09, que aprovou a NBR 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.

Conforme CPC-PME, Seção 2, itens 2.2 :

O objetivo das demonstrações contábeis de pequenas e médias empresas é oferecer informação sobre a posição financeira (balanço patrimonial). O desempenho (resultado e resultado abrangente) e fluxos de caixa da entidade, que é útil para a tomada de decisões por vasta gama de usuários que não está em posição de exigir relatórios feitos sob medida para atender suas necessidades particulares de informação.

A adoção do CPC -PME favorece às empresas quanto a obtenção de crédito nas instituições financeiras e a atração de investimentos, pois há o aumento da credibilidade, devido a transparência das informações divulgadas, (Martins, Cunha e Garcia, 2013, p. 7).

2.3 ESTUDOS ANTERIORES

Para a elaboração deste artigo foram pesquisados diversos trabalhos, os quais abordam o tema desenvolvido e justifica a necessidade da pesquisa realizada.

O estudo desenvolvido por Alves et al. (2013) pesquisou os escritórios de contabilidade que prestam serviços para pequenas e médias empresas, verificando quais os serviços ofertados, as necessidades dos clientes, buscando saber o grau de utilização das normas internacionais de contabilidade para pequenas e média empresas – IFRS PME. Foi realizado pesquisa de campo, tendo como amostra 32 escritórios. O resultado da pesquisa revelou que ainda não há a utilização das normas internacionais de contabilidade para as PMEs e que a maioria dos profissionais de contabilidade não verifica a necessidade da adoção.

Martins, Cunha e Garcia (2009) investigou a percepção dos alunos, professores e profissionais da área contábil sobre a importância da aplicabilidade do CPC para Pequenas e Médias Empresas (PME) no Estado de Paraíba. Foi aplicado um questionário com 12 perguntas, tendo a participação de 113 respondentes. O resultado da pesquisa verificou que a maior parte dos respondentes tinha um baixo nível de conhecimento sobre CPC para PME e que não creditavam em sua completa aplicação, devido à falta de preparo dos contadores.

Souza (2012) desenvolveu sua dissertação identificando as principais mudanças, trazidas nas informações contábeis, com a adesão das regras IFRS PMEs, O tipo de pesquisa foi descritiva, utilizando-se da comparabilidade entre o cenário atual e anterior, sendo demonstrado as mudanças na adoção de novas regras. Verificou-se que o processo de convergência trouxe desafios e que a adoção das normas, aumentou a qualidade e confiabilidade das informações contábeis.

Botina e Lemes (2013) publicou seu artigo abordando os principais pontos da norma IFRS para PME, identificando o processo de adoção em outros países e a percepção dos profissionais de contabilidade sobre a adoção no Brasil. A pesquisa realizada se deu por meio de pesquisa bibliográfica com análise documental. Os resultados mostraram que em outros países muitos empresários não estão estimulados a adotar o padrão IFRS para PME, porém muitos profissionais, no Brasil, identificaram vantagens e benefícios na convergência das práticas contábeis.

Santos (2012) elaborou seu estudo buscando analisar quais os fatores que influenciaram os escritórios de contabilidade na preparação, elaboração e divulgação das demonstrações

financeiras de seus clientes, em vista da obrigatoriedade de aplicação do CPC PME. Realizaram-se entrevistas em profundidade com quatro sócios de escritórios de contabilidade. Os resultados apontam não haver motivação para adoção do pronunciamento, em razão da influência de regras fiscais, dos custos onerosos, da falta de conhecimento profundo dos profissionais para aplicabilidade das normas.

3 METODOLOGIA

O trabalho foi elaborado através de pesquisa bibliográfica, utilizando-se artigos científicos, páginas de web sites, e livros, sendo uma pesquisa descritiva e adotando o procedimento *Survey*. A amostra investigada por este estudo foi os escritórios de contabilidade, independentemente do tamanho,

A pesquisa limita-se a cidade de São Paulo/SP, sendo que os participantes foram selecionados através de indicações e por lista telefônica no site GuiaMais.

Foi aplicado o questionário de pesquisa de Alves et al (2013), composto de 10 perguntas objetivas de múltipla escolha, sendo disponibilizado eletronicamente para respostas na base de dados do Google Docs®. Durante o mês de Outubro/2014 foram enviados 83 e-mails, obtendo 29 respostas, sendo que 01 respondente não permitiu que seus dados fossem utilizados para análise da pesquisa.

4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Após a aplicação do questionário foram elaborados tabelas para a discussão dos resultados obtidos.

De acordo com a Tabela 1 os respondentes foram classificados conforme o cargo ocupado no escritório.

Tabela 1- Cargo dos Respondentes

Cargo	Frequência	%
Proprietário do Escritório	15	53,57
Gerente/Supervisor	13	46,43
Total	28	100,00

Fonte: Dados da Pesquisa

Percebe-se que 53,57% dos respondentes ocupam o cargo de proprietário e 46,43% o cargo de gerente ou supervisor. A Tabela 2 revela o tempo de existência dos escritórios de contabilidade.

Tabela 2- Tempo de Existência do Escritório

Tabela 2- Tempo de Existência do Escritório

Anos	Frequência	%	% Acumulado
Até 05 anos	7	25,00	25,00
Entre 05 e 10 anos	2	7,14	32,14
Mais de 10 anos	19	67,86	100,00
Total	28	100,00	

Fonte: Dados da Pesquisa

Observa-se que 67,86% dos escritórios possuem mais de 10 anos de existência, 25% possuem até 05 anos e 7,14% possuem entre 05 e 10 anos. Comparando com o trabalho de Alves et al (2013) os escritórios com mais de 10 anos foram 34,4%, quase a metade do que resultou na presente pesquisa.

A Tabela 3 mostra a quantidade de funcionários por escritório, determinando o porte.

Tabela 3- Quantidade de Funcionários por Escritório

Funcionários	Frequência	%	% Acumulado
Até 2	1	3,57	3,57
De 3 a 5	5	17,86	21,43
Acima de 5	22	78,57	100,00
Total	28	100,00	

Fonte: Dados da Pesquisa

Os resultados demonstram 78,57% dos escritórios tem acima de 5 funcionários. Isto pode ser devido ao tempo de existência dos escritórios, que conforme tabela 2, é de 67,86% para mais de 10 anos.

A Tabela 4 demonstra o percentual de clientes dos escritórios de contabilidade, conforme sua classificação, sendo dividida em: microempresa, empresa de pequeno porte, média empresa e grande empresa.

Tabela 4- Percentual de Clientes Total - Análise Descritiva

	Mínimo	Máximo	Médi:	% acumulado	Desvio P.
Micro Emp.	0	100	46,35	46,35	24,552
Peq. Emp.	0	50	26,59	72,94	17,088
Média Emp.	0	45	15,34	88,28	12,783
Grande Emp.	0	94	11,72	100	22,358

Fonte: Dados da Pesquisa

Os resultados revelam que 88,28% dos clientes ficaram classificados entre microempresa e média empresa. O estudo de Alves et al (2013) obteve o percentual de 99,37%, ficando próximo dos dados pesquisados.

A Tabela 5 reflete a frequência dos relatórios solicitados pelos clientes, sendo dividido em três situações: Raramente, Frequentemente e Nunca. Foram pesquisados 12 itens que fazem parte da elaboração de relatórios pelos profissionais de contabilidade.

Segue abaixo resultado observado:

Tabela 5- Frequência de solicitação de relatórios contábeis por parte dos clientes

Relatório solicitado pelos clientes	Raramente%	Frequentemente%	Nunca%	Total%
Fluxo de Caixa Projetado	53,57	7,14	39,29	100
DRA	32,15	10,71	57,14	100
DVA	32,14	17,86	50	100
DMPL	50	14,29	35,71	100
Inf. sobre custo dos produtos	35,71	25	39,29	100
Relatório para Controle de Estoque	32,14	28,57	39,29	100
Balanco Patrimonial	25	67,86	7,14	100
Demonstração do Resultado	32,14	57,15	10,71	100
Inf. para solicitar empréstimos	21,43	67,86	10,71	100
Balancete de Verificação	32,14	60,72	7,14	100
Fluxo de Caixa	32,14	28,57	39,29	100
R. p/ Controle das contas a Pagar	28,57	32,14	39,29	100

Fonte: Dados da Pesquisa

Conforme Tabela 5 observa-se uma concentração na solicitação dos seguintes relatórios: Balanco Patrimonial, Demonstração do Resultado, Inf. para solicitar empréstimos e Balancete de Verificação. Essa procura pode ser devido às obrigações acessórias, exigidas pelo Governo, e pelos usuários externos, como bancos. Essa concentração também ocorreu na pesquisa de Alves et al (2013).

Os relatórios: Fluxo de Caixa Projetado, DRA, DVA e DMPL são os menos solicitados pelos clientes. Esses relatórios são bem específicos, e a interpretação das informações pode ser complexa aos clientes, pois demanda de conceitos bem técnicos. Esses resultados foram próximos ao estudo de Alves et al (2013).

A Tabela 6 visualiza as fontes de atualização utilizadas pelos profissionais de contabilidade.

Tabela 6- Fontes de atualização profissional

	Sim%	Não%	TOTAL%
Notícias - TV,Internet,Jornais.	82,14	17,86	100,00
Palestras	64,29	35,71	100,00
Cursos	78,57	21,43	100,00

Fonte: Dados da Pesquisa

Nota-se que o percentual maior de atualização profissional (87,14%) provém do item Notícias, em razão da facilidade no acesso das informações, 78,57% de Cursos e 64,29% de Palestras. Fica claro que o profissional contábil está cada vez mais buscando informações para sua atualização profissional, e que é constante, em virtude das mudanças da legislação.

As Tabelas 7 e 8 destacam os contadores que frequentaram cursos ref. NBC T 19.41 e a carga horária cumprida.

Tabela 7- Contadores que frequentaram cursos a NBC T 19.41

Funcionários	Frequência	Percentual%
Não	13	46,43
Sim	15	53,57
Total	28	100,00

Fonte: Dados da Pesquisa

Tabela 8- Carga Horária dos Cursos que os contadores participaram

	Frequência	Percentual
0 horas	13	46,43
Até 8 horas	3	10,71
Entre 09 e 50 horas	9	32,14
Mais de 50 horas	3	10,71
Total	28	100,00

Fonte: Dados da Pesquisa

Verificando a Tabela 7 observa-se que 53,57% dos respondentes frequentaram o curso ref. NBC T 19.41 e que 46,43% não. Já a Tabela 8 demonstra que 57,14%, dos que frequentaram

o curso, tiveram uma carga horária de 0 até 08 horas. Esse resultado confirma a baixa carga horária e pressupõe que os profissionais tem uma breve idéia das novas normas contábeis, sem muito aprofundamento.

Esse resultado assemelha-se ao trabalho de Alves et al (2013) que obteve 40,6% dos contadores que frequentam o curso sobre a NBC T 19.41 e 68,8% que tiveram uma carga horária de até 08 horas.

A Tabela 9 expressa a percepção dos contadores sobre a necessidade que seus clientes precisam de relatórios à base das IFRS.

Tabela 9- Percepção dos Contadores sobre a necessidade que seus clientes precisam de relatórios à base das IFRS

	Frequência	Percentual
Não	9	32,14
Sim	18	64,29
Não sei	1	3,57
Total	28	100,00

Fonte: Dados da Pesquisa

De acordo com os dados apresentados na Tabela 9, constata-se que 64,29% dos contadores têm a percepção de que as novas normas são necessárias para a elaboração dos relatórios contábeis. Esse resultado opõe-se a pesquisa de Alves et al (2013), que verificou um percentual de 56,3% para a resposta negativa. Essa divergência pode ser consequência do tempo em que a pesquisa foi realizada. A pesquisa de Alves et al (2013) ocorreu no período de fevereiro e março de 2011, desde essa época até outubro e novembro/2014, mês do estudo demonstrado, muitas mudanças surgiram, sendo consolidado as novas normas contábeis.

A Tabela 10 constata as principais necessidades dos clientes, na opinião dos respondentes.

Tabela 10- Principais Necessidades dos Seus Clientes

	Sim%	Não%
Cálculo dos impostos	96,43	3,57
Folha de pagamento	85,71	14,29
Balanço Patrimonial e DR	78,57	21,43
Balancete de Verificação	53,57	46,43
Fluxo de Caixa	42,86	57,14
DRA	17,86	82,14
Controle de estoque	50	50

Fonte: Dados da Pesquisa

Os resultados apurados evidenciam uma centralização nas principais necessidades: Cálculo dos impostos, Folha de pagamento, Balanço Patrimonial e DR.

Os resultados: Balancete de Verificação, Fluxo de Caixa e Controle de estoque também ficam numa situação de média importância, em torno do percentual de 50%. A necessidade menor foi a DRA.

Os dados expostos são parecidos com o estudo de Alves et al (2013).

A Tabela 11 revela os conceitos das IFRS utilizadas na prestação de serviços dos respondentes.

Tabela 11- Conceitos das IFRS já estão sendo aplicados na contabilidade das PMEs

Conceitos	Sim%	Não%	Não Sei%	Total%
Contabilidade de <i>hedge</i> - " <i>hedge accounting</i> "	10,72	78,57	10,71	100
Informações sobre os principais pressupostos relativos ao futuro, e outras fontes importantes de incerteza das estimativas na data de divulgação.	10,71	82,14	7,15	100
Ágio por Expectativa de Rentabilidade Futura	17,86	82,14		100
Reconhecimento dos benefícios econômicos futuros	25	64,29	10,71	100
Teste de recuperabilidade	17,86	75	7,14	100
Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros	21,43	71,43	7,14	100
Novos métodos de depreciação	32,14	67,86		100
Custo Atribuído	32,14	64,29	3,57	100
Mensuração dos ativos ao valor justo	21,43	75	3,57	100
Combinação de Negócios	21,43	67,86	10,71	100
Demonstração do Resultado Abrangente	14,29	85,71		100
Avaliação dos ativos intangíveis	25	75		100
Avaliação do valor recuperável dos ativos financeiros	21,43	78,57		100
Ajuste de avaliação patrimonial	14,29	85,71		100
Propriedade para investimento	25	71,43	3,57	100

Fonte: Dados da Pesquisa

Pode-se verificar que são aplicados poucos conceitos da contabilidade internacional para PME. Os conceitos: Novos métodos de depreciação e Custo atribuído equivalem a 32,14%, logo após vem os conceitos: Reconhecimento dos benefícios econômicos futuros, Avaliação dos ativos intangíveis e Propriedade para investimento com 25%.

Com 21,43% aparecem os conceitos aplicados: Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros, Mensuração dos ativos ao valor justo, Combinação de negócios e Avaliação do valor recuperável dos ativos financeiros.

Dos 15 conceitos pesquisados, 11 ficaram na faixa de 85% até 70% como não aplicados.

Os resultados obtidos na pesquisa de Alves et al (2013) vai de encontro com os resultados do estudo demonstrado.

5 CONCLUSÃO

O objetivo deste trabalho constituiu analisar a aplicabilidade, pelos escritórios de contabilidade, das normas internacionais de contabilidade para pequenas e médias empresas (PMEs).

A pesquisa foi desenvolvida introduzindo o conceito da importância das informações contábeis no mundo dos negócios, com a geração de demonstrações financeiras padronizadas, e a inclusão de normas internacionais de contabilidade. Os tópicos explorados foram os seguintes: definições e classificação das PME no Brasil e adoção do IFRS.

A pesquisa revela que os principais relatórios solicitados pelos clientes continuam sendo os direcionados ao recolhimento dos impostos e folha de pagamento. E as demonstrações concentram-se em balanço patrimonial, demonstração do resultado, balancete de verificação. No segundo momento, com menos incidência, estão os relatórios de fluxo de caixa e controle de estoque, sendo estes de grande importância para a gestão dos negócios.

Os entrevistados consideram necessária a adoção das Normas Internacionais de Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (PMEs), sendo atingido um percentual de consentimento de 64,29%.

Observou-se que os profissionais de contabilidade estão investindo em atualização profissional, buscando acompanhar as mudanças da área. Quanto à frequência aos cursos envolvendo a NBC T 19.41, verificou-se que 53,57% dos respondentes efetuaram o curso, porém a carga horária foi baixa, logo os entrevistados dedicam-se pouco ao assunto abordado.

Os conceitos propostos pelas novas Normas Internacionais de Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas estão sendo pouco aplicados pelos respondentes, ficando entre 10,72 % até 32,14%.

A partir desses resultados conclui-se que os serviços prestados, pelos escritórios de contabilidade, são vistos pelos clientes como cumprimento de exigências fiscais. E que os profissionais de contabilidade têm ciência da importância da aplicabilidade das novas normas

contábeis internacionais, porém há poucos profissionais capacitados a adotá-las, o que dificulta o processo de convergência nas PMEs.

Para futuras pesquisas, sugere-se a ampliação da amostra investigada a fim de comprovar os dados pesquisados.

REFERÊNCIAS

ALVES, F. L. ET AL. **Uma análise dos escritórios de contabilidade sobre a necessidade de aplicação das IFRS para pequenas e médias empresas.** Sociedade, contabilidade e gestão. Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, set/dez. 2013. disponível em: http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3_08/index.php/ufrj/article/viewfile/1941/1775. Acesso em 20 set. 2014

BOTINHA E LEMES; **IFRS para pequenas e médias empresas: percepção sobre a adoção das normas internacionais no Brasil.** Reac: revista de administração e contabilidade – fat – Feira de Santana/Ba, v. 5, nº 3, p. 117-135, setembro/dezembro, 2013. Disponível em: <http://www.reacfat.com.br/index.php/reac/article/viewfile/80/110>

BNDES. **Porte da Empresa.** Disponível em: http://www.bndes.gov.br/sitebndes/bndes/bndes_pt/institucional/apoio_financeiro/porte.html acesso em 12 set. 2014

BRASIL. **Lei complementar n. 123**, de 14 de dezembro de 2006. Institui o estatuto nacional da microempresa e da empresa de pequeno porte; altera dispositivos das leis nº8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da consolidação das leis do trabalho - clt, aprovada pelo decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da lei complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as leis nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm acesso em: 11 set. 2014.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). **CPC PME: Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas com glossário de termos (r1) – Pronunciamento.** Disponível em: http://static.cpc.mediagroup.com.br/documentos/392_cpc_pmeeglossario_r1.pdf acesso em 12 set. 2014

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC nº 1.255/09** de 10 de dezembro de 2009- aprova a NBC T 19.41 – contabilidade para pequenas e médias empresas.

GIROTTI M. **Brasil começa a adotar o IFRS na contabilidade de PMEs.** Revista brasileira de contabilidade n. 186
Nov./dez. 2010. Pág. 7-19. Disponível em: <
http://www.fucape.br/downloads/reportagem_rbc_186.pdf>

GUIAMAIS. Disponível em: <http://www.guiamais.com.br/>. Acesso em 01/10/2014.
KPMG. **Lei 11.638/07 altera a lei das SAs (lei 6.404/76)**, resumo dos principais impactos. Disponível em:
http://www.kpmg.com.br/publicacoes/lei_6404_final.pdf.

MACKENZIE, B. ET AL **IFRS 2012 – Interpretação e Aplicação.** Porto Alegre: Bookman, 2013.

MARTINS, CUNHA E GARCIA; **Um estudo perceptivo sobre a aplicação do CPC para pequenas e médias empresas no estado da Paraíba.** Recont: registro contábil – UFAL-Maceió/Al, vol. 4, nº3, pág. 7, set./dez./2013. Disponível em:
<http://www.seer.ufal.br/index.php/registrocontabil/article/view/684/pdf_1>

NIYAMA, J.K. **Contabilidade internacional.** São Paulo: atlas, 2005.

OLIVEIRA ET AL. **Contabilidade Internacional.** São Paulo, editora atlas S.A, 2008.

PADOVEZE, BENEDICTO, LEITE. **Manual de contabilidade internacional.** São Paulo: Cengage Learning, 2012.

PRADO A. T. **Os impactos da primeira adoção das normas IFRS nas demonstrações contábeis das companhias abertas brasileiras.** 2013. 124 f. Dissertação (mestrado em administração) – universidade federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013.

PWC. **IFRS E CPCS – A nova contabilidade brasileira,** 2010. Disponível em:
http://www.pwc.com.br/pt_br/br/ifrs-brasil/assets/booklet-ibri-2010.pdf

SÃO PAULO. SEBRAE- Serviço brasileiro de apoio às micro e pequenas empresas: **Anuário do Trabalho na Micro e Pequena Empresa 2013.** Disponível em:
<<http://gestaoportal.sebrae.com.br/customizado/estudos-e-pesquisas/anuario-do-trabalho-na-mpe/anuario-do-trabalho-na-micro-e-pequena.pdf>> acesso em 12 set. 2014

SANTOS, G. M. **Crêterios utilizados pelos escritórios contábeis na ado o inicial do Pronunciamento CPC PME. 2013.** 87 f. Disserta o (Pós Gradua o em Ciências Contábeis) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2012.

SOUZA, R. G. **Aplica o IFRS para pequenas e médias empresas.** 2012. 126 f. Disserta o (mestrado em ciências contábeis e atuariais) pontifícia universidade católica de São Paulo – PUC, São Paulo 2012.